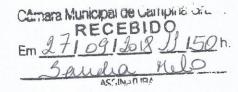


Câmara de Municipal de Campina Grande Estado da Paraíba - Casa de Felix Araújo Gabinete Parlamentar do Vereador Pr.Josimar Henrique

PROJETO DE LEI Nº 248 /2018



"Institui o Dia do Conselheiro Tutelar no Município de Campina Grande, a ser comemorado anualmente, no Dia 18 de novembro".

- Art. 1°. Fica instituído o dia do conselheiro (a) tutelar no município de Campina Grande, a ser comemorado anualmente, no dia 18 de novembro.
- **Art. 2º.** No dia do Conselheiro (a) Tutelar, serão realizados debates, palestras, cursos e outros eventos, objetivando, principalmente, difundir a importância dessa missão, conforme estebelece o artigo 131 da Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990 Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) e alterações posteriores.
- **Art. 3º.** A programação do evento será coordenada e organizada por uma comissão composta por representantes dos Poderes Executivo e Legislativo de Campina Grande, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e pela Coordenação dos Conselheiros Tutelares do Município/Região.
- Art. 4°. O evento constará no Calendário Municipal de Eventos
- **Art. 5º.** As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verba orçamentária própria.
- Art. 6°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pr. Josimar Henrique Vereador - PRB



Câmara de Municipal de Campina Grande Estado da Paraíba - Casa de Felix Araújo Gabinete Parlamentar do Vereador Pr.Josimar Henrique

Justificativa

Senhora Presidente, Senhores Vereadores.

Foi justamente com a promulgação da Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, que surgiu a figura do Conselheiro Tutelar, cuja competência, atribuições e escolha estão previstas do artigo 131 ao 140 do ECA.

Entre as atribuições dos conselheiros, está a atender as crianças e adolescentes em situação de risco social; atender e aconselhar os pais e/ou responsáveis; requisitar serviços públicos na área de saúde; educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança, encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e adolescente.

A função do conselheiro tutelar se constitui em árdua missão de zelar pelo cumprimento das disposições do Estatuto, a fim de que sejam alcançados os objetivos sociais contidos na essência da lei e atingidas às finalidades de resguardar a criança e adolescente das situações de risco, preparando-os para a vida e para o convívio integrado a sociedade.

A data escolhida para realização do evento vem atender a recomendação do Congresso Nacional dos Conselheiros Tutelares de 18 de novembro de 2001. A cada ano, a data será comemorada festivamente, com discussões e debates sobre as atividades desempenhadas pela categoria, ressaltando e divulgando o trabalho desenvolvido pelos Conselheiros Tutelares do município de Campina Grande.

Desta forma, conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

O autor.